



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004907-13.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**
 Requerente: **CRISTIANE RABELLO DA SILVA**
 Requerido: **VITOR IMPORTS - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

A autora alegou que deixou seu telefone celular junto ao réu, porque apresentou vícios.

Alegou ainda que o réu em avaliação preliminar alegou que o problema estava no conector do carregamento do celular, e assim foi ajustado entre as partes o respectivo reparo.

Ressalvou que após o conserto retirou o aparelho celular das dependências da loja ré, sem testá-lo. Todavia, já em sua residência, ao tentar ligar o aparelho constatou que o mesmo ainda não funcionava.

Novamente entrou em contato com o réu e esse após uma outra avaliação alegou que o problema estava agora no "display" do aparelho e que para consertá-lo teria que arcar com o ônus correspondente.

Contudo não concordando com a explicação do

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

réu almeja a condenação do mesmo para que lhe restitua o aparelho em perfeitas condições de uso ou alternativamente lhe entregue um aparelho novo do mesmo modelo.

A controvérsia reside em saber se os problemas advindos no "display" do aparelho da autora resultaram da ação do réu quando do conserto do conector do carregamento da bateria, ou se já estavam presentes no aparelho quando a autora o deixou aos cuidados do réu.

O réu não negou os problemas havidos no aparelho da autora, mas trouxe aos autos elementos que respaldaram sua explicação a esse respeito, eximindo-se dessa responsabilidade.

O documento de fl. 4 dá conta que o aparelho da autora quando deu entrada na loja do réu sequer estava ligando, não sendo possível testá-lo, fato incontroverso nas versões das partes.

No decorrer do feito o réu apresentou as fotos (fls.26/30) do estado do aparelho da autora que respaldaram suficientemente suas alegações.

As fotografias juntadas revelam que o aparelho celular da autora apresentava algumas avarias sendo razoável estabelecer que isso possa afetar o bom funcionamento do mesmo.

Por outro lado, a versão da autora quanto ao tema não contou com o apoio de um indício sequer, e como ela não se desincumbiu desse ônus, a rejeição da pretensão é de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 10 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**